

**A produção “*pro gasto*” e suas transformações:
entre o “*plantar-colher-comer*” e o “*plantar-vender-comprar-comer*”**

Rau, Raquel¹

A produção “*pro gasto*”, ou produção para o autoconsumo, segundo autores que estudam o campesinato brasileiro, contribui significativamente para a autonomia desse grupo social. Essa produção é representada pelo *plantar-colher-comer*, que dá nome à obra de Carlos Brandão, e é apontado como parte integrante do modo de ser camponês (K. WOORTMANN, 1990; BRANDÃO, 1981; HEREDIA, 1979). Todavia, as reflexões aqui propostas enfocam as transformações nessa produção “*pro gasto*” e que, em certa medida, perde em autonomia, mas que objetiva a reprodução social. Para tanto, são trazidas informações, geradas a partir da convivência no dia a dia com famílias camponesas de origem pomerana produtoras de fumo, da localidade de Santa Augusta e arredores, pertencentes a São Lourenço do Sul.

Ao serem invocados os termos compostos “campeonato brasileiro” e “modo de ser camponês”, cabe clarear como este conceito é aqui abordado. Embora haja divergências no seu debate conceitual não é objetivo, neste trabalho, contribuir com essa discussão. Dessa forma, tais termos são utilizados como proposto por K. Woortmann (1990) e Ploeg (2008), em que o modo de ser camponês consiste em um grupo que se organiza sob uma ética camponesa que tem nas categorias terra, família e trabalho uma tríade indissociável, que privilegia a busca por autonomia, a intensificação do trabalho familiar e a pluriatividade como estratégia de reprodução social do próprio campesinato.

A produção “*pro gasto*” é tida como um dos elementos centrais na busca de autonomia e na reprodução social e biológica desse grupo. Produzir o próprio alimento, bem como os insumos necessários à dinâmica da propriedade, garantia a subsistência e determinava o grau de independência do mercado.

Entretanto, as observações junto às famílias, a partir da comida, indicaram mudanças nas formas de comer. Tais mudanças são reflexos de alterações nos padrões de produção para o autoconsumo, o que afeta a forma de conceber, produzir e consumir os alimentos. A dedicação à produção fumageira fez alterar a lógica entre o *plantar-colher-comer*, conduzindo-o ao *plantar-vender-comprar-comer*.

Assim, se na lógica inicial da produção “*pro gasto*” o objetivo era garantir o auto-sustento através do comer o que foi plantado e colhido, na lógica de produção atual, o que vale é o comprar o alimento com os recursos advindos da venda do fumo que foi plantado e colhido, resultando em uma intensificação da monetarização da vida das famílias rurais pesquisadas, alterando, assim, suas relações com a comida e, por conseguinte, com os modos de viver.

¹ Bacharel em Nutrição pelo Centro Universitário Metodista IPA e Mestre em Desenvolvimento Rural pela UFRGS.

Nas propriedades a produção para o autoconsumo possuía dois espaços distintos. A lavoura, de domínio masculino, mas que contava com o auxílio da mulher e dos filhos, destinada a produzir alimentos, mas também excedente para ser comercializado. A horta e o entorno da casa, de domínio feminino, onde eram cultivados apenas alimentos destinados à família e criados os animais de pequeno porte, também para serem servidos à mesa.

A introdução da fumicultura nas localidades estudadas alterou esses domínios e os espaços de cultivo, mas sobretudo, alterou o tempo de dedicação da mulher à produção *“pro gasto”*. Na produção fumageira, a mulher desenvolve um papel de elevada importância para a obtenção de um valor elevado na venda do fumo, ela se dedica, integralmente à etapa de classificação. É nessa etapa do trabalho, que o fumo saído das estufas é classificado conforme sua textura, coloração e grau de secagem, tarefa que quando bem executada pode garantir um melhor valor de negociação na hora da venda, tão importante quanto a etapa de secagem.

O período de secagem e classificação do fumo dura de três a quatro meses. Nesse espaço de tempo, a horta fica sob a responsabilidade das mulheres mais idosas da casa e que já não possam mais auxiliar na classificação do fumo, na ausência dessas anciãs há o abandono total da horta. Além do que é servido à mesa passar a ser composto por mais alimentos comprados, há outra alteração com relação aos tipos de alimentos preparados. Devido à escassez de tempo para a preparação da comida, que segundo Fischler (1995) é o alimento transformado pela cultura, está também é modificado, passando a compor o cardápio uma gama de preparações semi-prontas ou congeladas, alimentos altamente industrializados e considerados emblemáticos das populações urbanas. Assim, o estudo evidenciou que:

“(...) o modelo antigo, em que era produzido *de tudo um pouco* para o abastecimento da família e alguns cultivos e criações destinados à comercialização, foi substituído pelo novo modelo, de maior monetarização (trazida pela produção de fumo), capaz de suprir as demandas alimentares da família através de aquisição de alimentos, em vendas locais ou em mercados na cidade.” (RAU, 2016, p.140)

Cabe ressaltar que o período de colheita e secagem do fumo coincide com o período de plantio e colheita de outros cultivos, uma vez que compreende o fim da primavera e o período do verão². Assim, a escassez de tempo atinge diretamente a produção para autoconsumo e com o significativo aumento do poder aquisitivo advindo da produção fumageira, tornaram-se comuns, na região estudada, as compras externas, para atender às necessidades alimentares da família. Com isso, houve significativa diminuição das variedades vegetais e animais produzidos, resultando em redução da base alimentar e em maior presença de produtos

² Na região Sul, diferentemente de outras regiões do Brasil, devido às baixas temperaturas de outono-inverno, poucos cultivos são adequados a essa época do ano. Assim, o período de mais intenso trabalho agrícola é o que compreende a primavera-verão.

industrializados à mesa das famílias, o que pode ser considerado como fator de insegurança alimentar e nutricional.

Todavia, é possível dizer que a essência da produção “*pro gasto*” ainda existe. Como famílias que ainda vivem sob o modo de ser camponês, a busca por autonomia e por reprodução social, tenda na terra e na família os recursos para o trabalho, se faz presente. Entretanto, se antes a garantia de continuidade do seu modo de viver se dava por meio do auto-abastecimento, hoje se faz na forma de mercantilização da produção, em que se produz, colhe, vende e compra o que se faz necessário à continuidade da família, que nos tempos atuais vai além das necessidades nutricionais e passa, sobretudo, pela necessidade de bens e serviços, como celulares, computadores e acesso à internet.

Porém, tais transformações já fazem sentir seus aspectos negativos, como a insegurança alimentar e nutricional gerada pela compra de alimentos industrializados e as doenças decorrentes dessa forma de alimentação e a o estímulo (que não era o objetivo das famílias) da saída dos jovens do rural rumo ao urbano. Pois, conforme relatado em entrevistas, ao proporcionar estudo e recursos “da modernidade” aos filhos, há um desinteresse em manter a propriedade, muito embora, o objetivo, ao produzir “*pro gasto*” dos filhos, fosse proporcionar meios de reprodução social.